



12) Requerimento para o relaxamento da prisão em flagrante

“L” matou a vítima em 10 de dezembro de 2001. Sem pistas no início, a polícia somente o localizou uma semana depois, em virtude de denúncia anônima. Foi à sua residência e, encontrando a arma do crime, deu-lhe voz de prisão em flagrante.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da ____.^a
Vara Criminal da Comarca ____.¹

Inquérito n.º ____

(Nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão),
titular de carteira de identidade Registro Geral n.º
____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º
____, domiciliado em (cidade), onde reside (rua, número,
bairro), por seu advogado, vem, respeitosamente, à
presença de Vossa Excelência requerer o

RELAXAMENTO DA PRISÃO EM FLAGRANTE,²

com fundamento no art. 5.º, LXV, da Constituição Federal, pelos seguintes motivos:

1. O indiciado foi preso em flagrante no dia 17 de dezembro próximo passado, sob a alegação de estar portando a arma do homicídio que teve como vítima Fulano de Tal. Estaria configurada a hipótese do art. 302, IV, do Código de Processo Penal, legitimando, portanto, a detenção sem mandado judicial. Encontra-se detido junto à ____ (delegacia).

2. Ocorre que, na realidade, inexistente flagrante presumido neste caso. A lei é clara ao estipular que se considera em flagrante delito quem “é encontrado, *logo depois*, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração” (art. 302, IV, CPP, grifo nosso). Ora, a expressão “logo depois” não pode ter a elasticidade que lhe deu a autoridade policial, fazendo supor que uma semana é período curto e breve a ponto de justificar a prisão em estado de flagrância.

3. Por outro lado, a completa ignorância do paradeiro do indiciado, que somente teria sido localizado por denúncia anônima, bem demonstra que a polícia perdeu seu rumo, desconfigurando qualquer possibilidade de se tratar de

¹ Há Comarcas, como São Paulo, que possuem um Departamento ou Vara exclusiva para Inquéritos Policiais. Assim, o inquérito somente é distribuído para uma Vara Criminal quando já conta com denúncia ou queixa. O pedido de relaxamento da prisão deve, pois, ser encaminhado para esse Departamento ou Vara privativa.

² Pede-se o relaxamento da prisão em flagrante quando houver algum vício intrínseco (não era hipótese de flagrância) ou extrínseco (o auto não foi lavrado como determina a lei), conforme dispõe o art. 304 do CPP. Do contrário, se a prisão foi corretamente realizada, pede-se a liberdade provisória.

uma relação de imediatidade entre a prática do fato e a ocorrência da prisão, não havendo nem mesmo perseguição ou qualquer elemento que justificaria a manutenção do estado de flagrância.

4. Nesse sentido, pode-se mencionar a lição de ____.³

5. Outra não é a posição da jurisprudência: ____.⁴

6. Em suma, sem pretender ingressar no mérito, analisando se, realmente, foi “L” o autor do homicídio em questão, ou, se o fez, qual teria sido a justificativa a tanto, pois o momento é inadequado, busca-se ressaltar a Vossa Excelência a impropriedade da prisão em flagrante, merecendo ser decretado o seu relaxamento, colocando-se o indiciado em liberdade.

7. Desde logo, por cautela, assinala-se não haver motivo algum para a decretação da prisão preventiva, uma vez que os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal não estão presentes.⁵ O indiciado é primário, não registra antecedentes, tem endereço e emprego fixos (documentos de fls. ____) e não deu mostra de que pretenda fugir à aplicação da lei penal ou que possa perturbar o correto trâmite da ação penal.

Ante o exposto, requer a Vossa Excelência, afastada a hipótese de flagrância, determinar o relaxamento da prisão, colocando-se o indiciado em liberdade, que se compromete a comparecer a todos os atos processuais, quando intimado.⁶

Termos em que, ouvido o ilustre representante do Ministério Público e expedindo-se o alvará de soltura, Pede deferimento.

Comarca, data.

Advogado

³ Se houver, citar algum trecho de doutrina pertinente.

⁴ Caso tenha relação com o caso, pode-se citar algum acórdão, mencionando-se a fonte.

⁵ A jurisprudência tem admitido que, relaxada a prisão, sendo o caso, pode o juiz decretar a prisão preventiva. Portanto, o advogado pode antecipar-se e narrar ao magistrado que não há motivo algum para tomar tal medida.

⁶ Quando for viável – e por cautela – pode o advogado pleitear, como pedido subsidiário, a liberdade provisória. Ou seja, caso o juiz entenda válido o auto de prisão em flagrante, pode analisar a possibilidade de colocar o indiciado em liberdade assim mesmo.